



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



BOATOS E OPINIÃO PÚBLICA: COMO INFLUENCIAM NA AVALIAÇÃO DOS GOVERNANTES E DE SEUS GOVERNOS?

Ana Lucia Santos Coelho¹

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar a forma pela qual os boatos podem interferir na construção da imagem de um governante. Tentaremos mostrar que eles influenciam diretamente na formação da opinião pública, a ponto de legitimarem ou descredibilizarem um líder político. Para tanto, utilizaremos exemplos que transitam entre o presente e o passado, como o governo da ex-Presidenta Dilma, do rei francês Luís XV e do imperador Nero. O referencial teórico empregado pautar-se-á no próprio conceito de *Boato*, discutido por Paillard (1990), Kovacs (1998), Kapferer (1993) e Aldrin (2003; 2005).

Palavras-chave: Boatos, Opinião pública, Dilma, Luís XV, Nero.

Abstract: The purpose of this article is to present the many forms in which rumour can interfere on the image building of a leader. We intend to demonstrate that rumours, in deed, have a direct influence on the public opinion formation, in a way that they could legitimize or slander the image of a political leader. Therefore, it will

¹ Doutoranda em História na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), sob orientação do Professor Dr. Fábio Favarsani. É membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR/UFOP). E-mail para contato: ana.scoelho@hotmail.com.

be used some examples that transit between present and past to justify our main statement. For instance, the governments of the former President of Brazil Dilma Rousseff, Louis XV – King of France – and, also, Emperor Nero. The theoretical reference will be based on the rumour concept discussed by Paillard (1990), Kovacs (1998), Kapferer (1992) and Aldrin (2003; 2005).

Keywords: Rumour, Public Opinion, Dilma, Louis XV, Nero.

Introdução

O que define um bom ou mau governante? Essa pergunta ganha especial relevância no contexto da recente política brasileira. Desde meados de 2013, esse assunto tem inegavelmente marcado o nosso cotidiano. É uma das notícias que mais circulou – e ainda circula – nos diversos meios de comunicação, desde jornais a redes sociais, era sobre a legitimidade do governo da ex-Presidenta Dilma Lana Rousseff.

Basicamente, o tópico debatido era o seguinte: um governo acusado de cometer crimes de corrupção estaria apto para continuar conduzindo o país? Buscando responder a essa questão, os veículos de imprensa passaram a selecionar informações e a divulgar boatos que atacavam a figura da Presidenta e sua gestão, a fim de autenticar uma imagem de mandatária corrupta.

Como sabemos, nos últimos quatorze anos, o Brasil foi administrado por dois governantes eleitos democraticamente – Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma – e que assumiram como bandeira a defesa de políticas de cunho social, a qual nunca foi aceita pelos grupos mais oligárquicos, ligados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em 2014, quando esses últimos foram derrotados nas urnas, ficou claro que os projetos sociais do Partido dos Trabalhadores (PT) não seriam mais tolerados.

A partir daí, os opositores adotaram uma postura de difamação da Presidenta eleita no intuito de justificar um processo de impeachment. Tal posicionamento

contou com o apoio incondicional da mídia, que passou a divulgar as mais variadas notícias, como: O Governo Dilma é o mais corrupto e desastroso da história (VILLA, 2016); Dilma cometeu crime de responsabilidade ao editar três decretos de créditos suplementares sem autorização do Legislativo e ao praticar as chamadas “pedaladas fiscais” (GARCIA et al., 2016); A mandatária é dominada por explosões nervosas, destempero e desconexão com a realidade do País (BERGAMASCO; PARDELLAS, 2016); A Presidenta tem sido medicada com dois remédios desde a eclosão da crise – rivotril e olanzapina –, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante (Idem, 2016); Dilma tem dado demonstração de que não anda bem da cabeça e deveria se submeter com urgência a tratamento psiquiátrico (OLIVEIRA, 2016).

O descrédito panfletário foi acompanhado por manifestações populares de hostilidade nos estádios da copa do mundo e por passeatas de grupos políticos/civis. O resultado final: o impeachment em 31 de agosto de 2016, com 61 votos a favor e 20 contra (AMORIM; MARCHESAN; PRAZERES, 2016).

O que esses fatos nos levam a pensar? Ajudam-nos a conjecturar que o afastamento se deu muito mais pela força da opinião pública na construção da imagem de uma governante incapaz do que por motivos realmente jurídicos e constitucionais. Aliás, a Presidenta não tinha sobre si nenhuma acusação formal. Ao longo de todo o processo, o que ficou nítido foi que ela era incapaz de gerir o Brasil não por não possuir capacidades administrativas ou políticas, mas por ser arrogante, histérica e “louca”. É o que nos mostra, por exemplo, a revista *Istoé*:

Figura 1 – Capa da Revista *Istoé*: As explosões nervosas da Presidenta



Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/quando-a-misoginia-pauta-as-criticas-ao-governo-dilma>

Figura 2 – Os alvos do destempero



Fonte: http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/

Figura 3 – Os alvos do destempero



Fonte: http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/

A nosso ver, o mandato de Dilma foi depreciado devido a um recorte seletivo das informações por parte da imprensa e de seus opositores.² Uma seleção feita com base em uma forte carga de conjunturas e interesses específicos. De certo, até mesmo as políticas sociais do PT, que deveriam ser encaradas como boas táticas de governo, passaram a servir como sintomas de uma má administração.

Por isso, acreditamos que algumas indagações mereçam ser levantadas aqui: o que faz um bom governo? E o que faz um mau governo (que deva ser derrubado)? Essas questões nos introduzem ao debate de como os critérios para a avaliação dos governantes e de seus governos devem ser analisados historicamente. E como o historiador sempre apresenta reflexões para o passado a partir da sua própria realidade, utilizaremos o exemplo da Presidenta para investigarmos outras figuras políticas, a saber: O rei da França Luís XV e o imperador Nero.

² A essa altura, é oportuna uma reflexão de Thornton (1973, p. 570), que nos lembra: “onde os fatos por si mesmos estão obscurecidos e [...] seus intérpretes são tendenciosos, a reputação talvez não seja merecida. Aonde a disponibilidade da veracidade dos fatos é limitada, a reinterpretção de algumas peças de evidência pode levar a uma maior revisão da reputação histórica”.

Luís XV e o Caso dos Catorze na Paris de 1749

Entre o presente em que esse artigo foi escrito e os passados que ele pretende pesquisar, as diferenças são enormes e evidentes. Sendo assim, o desafio que se coloca não é o da aplicação da ciência política contemporânea para refletir a avaliação dos governos de Luís XV ou Nero, mas, sobretudo o estudo de um instrumento importante para construir a imagem de bom ou mau governante em um momento determinado: os boatos.

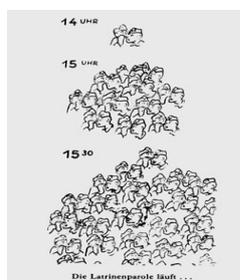
As primeiras menções modernas a eles são esparsas e não os descrevem como um fenômeno passível de ser investigado cientificamente. A primeira delas foi encontrada em um documento do Parlamento Francês em 1274 e descreve o boato como um “grito” ou um “ruído”, que empurrava todos os cidadãos às contendas e às rebeliões. No século XVI, o termo volta a aparecer em documentos policiais e judiciários, porém agora associado ao vocábulo latino *rumor*, na mesma acepção de *fama*, significando uma notícia que se espalhou ao público e que vigora como um “conhecimento notório”, a exemplo de um crime. Em meados do século XVIII, temos o retorno à noção de ruído, só que dessa vez associado aos conceitos de “verdadeiro” e “falso”, indicando uma possibilidade de autenticação (PAILLARD, 1990, p. 125).

Somente no século XX, os boatos começaram a ser pensados como fenômenos científicos. Mudança ocorrida devido ao perigo de um grande conflito bélico: a Segunda Guerra Mundial. Nesse ínterim, os governos de determinados países, como a Alemanha, a Inglaterra e os Estados Unidos, começaram a se preocupar com a disseminação de boatos, por entendê-los como um tipo de comunicação informal desenvolvida em momentos de crise. Tal preocupação advinha do conhecimento de que eles poderiam conter informações vitais para a segurança nacional e notícias que desestabilizariam a nação.³ Por causa disso, a principal recomendação das autoridades

³ “O rumor se tornou um problema de grande preocupação nacional nos conturbados anos de 1942 e 1943. Naquele tempo, um alto oficial do Escritório de Informações da Guerra impôs uma interpretação aos rumores e uma receita para o seu controle que estava parcialmente, apenas

era: ficar calado. Se ainda assim fossem divulgados, se alastrariam exponencialmente. Vejamos um exemplo:

Figura 4 – A corrida da conversa de banheiro



Fonte: Richards (2010, p. 5).

Essa propagação acelerada estaria relacionada ao fato de que os boatos circulam o tempo todo entre todos os grupos sociais. E por mais absurdos e infundados que sejam, “[...] são apenas uma forma de interpretar um ambiente de incertezas, de reforçar os laços e convicções entre um grupo engajado ou de perceber os sinais da abertura de oportunidades para grupos de interesse” (OLIVEIRA, 2016, p. 2).

De acordo com Kovacs (1998, p. 111), em contextos bélicos e/ou de crise, podemos encontrar três tipos de boatos: os de medo; os de raptos e torturas; e os de monstros estranhos. Tipos que são ainda subdivididos em três grandes categorias: boatos por desconhecimento, religiosos e políticos. Esses últimos são os que mais nos interessam, visto que servem para construir ou destruir a imagem de um governante, justificar as atrocidades cometidas contra os inimigos, promover a associação de pessoas e mobilizar recursos.

Percorrendo os boatos políticos, temos o livro *Boatos: o mais antigo mídia do mundo*, de Kapferer. Na obra, o autor afirma que eles funcionam como informações políticas que exprimem a situação psicológica da época, circulando fora dos canais habituais das mídias, seja de forma oral ou através de panfletos. Uma circulação que,

parcialmente correta. ‘Rumor’, ele disse, ‘voa na falta de notícias’. Por isso, nós temos que ofertar às pessoas a notícia mais apurada o possível, prontamente e em sua completude” (ALLPORT; POSTMAN, 1947, p. 501).

consequentemente, afrontaria as versões advindas dos grupos políticos dominantes, tornando os boatos um incômodo, “[...] porque são um tipo de informação que o poder não pode controlar” (KAPFERER, 1993, p. 9-93).

Aldrin tem um posicionamento similar ao de Kapferer. Para ele, a atividade política é sempre oportuna aos boatos, pois é a partir dela que são socialmente construídos e transmitidos em espaços públicos (ALDRIN, 2003, p. 139). Tal transmissão é realizada nos altos escalões, na grande mídia e na opinião comum, com uma abordagem de baixo para cima. Devido à circulação entre coletividades tão distintas, o boato acaba se tornando uma informação de interesse público, permitindo aos grupos ou às facções conflitantes manipularem a opinião pública (ALDRIN, 2005, p. 89-243).

Com essas considerações em mente, passemos a análise do Caso dos Catorze, narrado por Darnton em seu livro *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. Segundo o autor, o episódio começou na primavera de 1749, com a prisão de um aluno de medicina que tinha recitado um poema satírico sobre Luís XV. Ao ser preso e interrogado, identificou a pessoa com quem adquirira o poema. Essa pessoa foi presa e revelou também a sua fonte. As prisões continuaram até a polícia encher as celas da Bastilha com catorze cúmplices, todos acusados de recitar poemas difamatórios (DARNTON, 2014, p. 9).

O grupo dos Catorze era composto por escrivães e abades, isto é, indivíduos que tinham o completo domínio da palavra escrita. Os poemas eram copiados no papel, ditados para mais copistas, memorizados, declamados, impressos em panfletos, adaptados para a música e cantados publicamente. Vale lembrar que a arte mnemônica e a música constituíam uma força poderosa e um instrumento eficaz de comunicação no Antigo Regime (DARNTON, 2014, p. 9).

À medida que os indivíduos iam sendo presos, obtinham o seu próprio dossiê policial, o qual estava repleto de informações sobre a maneira como os poemas percorriam os circuitos de comunicação. Rapidamente, a polícia francesa descobriu

que eles passavam de mão em mão por uma série de estudantes, escreventes e padres, sendo a maioria jovens, com a idade variando entre dezesseis e trinta anos (DARNTON, 2014, p. 17).

Quanto mais abrangência a investigação adquiria, mais complicado tornava-se o quadro. Em seu caminho, a polícia encontrou vários outros poemas sediciosos, todos com seu próprio padrão de difusão. Seus autores originais, contudo, nunca foram identificados. De acordo com Darnton (2014, p. 17), talvez eles nunca tenham existido,

porque as pessoas acrescentavam e subtraíam estrofes e modificavam as frases como bem entendiam. Era um caso de criação coletiva; e o primeiro poema se mesclava e cruzava com tantos outros que, tomados em conjunto, criavam um campo de impulsos poéticos, saltando de um ponto de transmissão para outro e enchendo o ar com aquilo que a polícia chamava de “mauvais propos” ou “mauvais discours”, uma cacofonia de sedição adaptada em rimas.

O problema central no Caso dos Catorze era que a difamação da figura real constituía uma questão de Estado, um crime de lesa-majestade. E a supressão da maledicência acerca do governo consistia uma das tarefas habituais da polícia. Porém, essa acabou dedicando muito mais tempo e energia em encher as selas da Bastilha com supostos culpados – “que eram parisienses comuns e nada ameaçadores” – do que em perceber o que realmente se passava: os poemas apenas retratavam a opinião pública sobre Luís XV, o qual já não era bem visto há muito tempo (DARNTON, 2014, p. 9-13).

E afinal, qual era o conteúdo dos poemas? Um deles, por exemplo, tratava das amantes reais e de como elas influenciavam no comportamento do monarca. O texto glorificava Agnès Sorel, a amante de Carlos VII, por ter insuflado certa dose de

heroísmo no rei; criticava Pompadour, a amante de Luís XV, por não inspirar o rei a realizar façanhas nobres; e recriminava o rei francês pela sua ignobilidade:

Vi cair o cetro aos pés de Pompadour! [...]
Enquanto Luís dorme no seio da vergonha,
E de uma mulher obscura indignamente enamorado,
Ele esquece em seus braços nossos prantos e nosso desprezo.
Bela Agnès, tu não existes mais! Tua ternura altaneira
Desdenharia um rei amesquinhado pela fraqueza
(DARNTON, 2014, p. 64).

Um outro poema denunciava Luís XV por ter taxado os seus súditos de forma tirânica. As pessoas reclamavam que os impostos os levaram a indigência, expondo-os a epidemias e desolando as cidades. E tudo para satisfazer os interesses de Pompadour e dos ministros reais:

Vil dissipador dos bens de teus súditos,
Tu que contas os dias pelos males que praticas,
Escravo de um ministro e de uma mulher avarenta,
Luís, atenta para o destino que o céu te prepara.
Teus tesouros estão abertos a loucas despesas deles;
Eles pilham teus súditos, exaurem tuas finanças,
Menos para renovar teus prazeres maçantes
Do que para melhor satisfazer os desejos infames deles.
A ruína de teu Estado, Luís, é obra tua;
Mas cuidado para que em breve a tempestade não desabe sobre ti
(DARNTON, 2014, p. 66-67).

Tratava-se, portanto, de poesia séria e pública, impulsionada pela indignação popular com o comportamento do soberano. Como último exemplo, utilizaremos o poema final do Caso dos Catorze, isto é, aquele que teve maior divulgação. Ele foi escrito para ser cantado com a melodia de uma canção popular e seu propósito era insultar o rei, transformando-o no alvo de uma brincadeira infantil, na qual os súditos dançavam à sua volta, cantando:

Que nosso velho prefeito Fleury

Seja sempre regente ou se arrebente,

Que seu pequeno discípulo Luís

Vá caçar, cavalgar [ou ter relação sexual], e depois beber,

Ah! Aí está, ah! Cá está

Aquele que não se importa com nada (DARNTON, 2014, p. 104).

Essa canção evocava para a população um rei imbecilizado, ineficiente, que se entregava ao prazer enquanto seus ministros espoliavam seus súditos. E como Darnton (2014, p. 10) menciona que foi a canção com maior propagação, podemos concluir que ela acabou nos proporcionando uma crônica cotidiana a respeito das questões e figuras públicas da França do século XVIII.

Por fim, o que o exemplo do governo Dilma e o do reinado de Luís XV têm em comum? Ambos demonstram que a opinião pública pode ser construída com base em boatos oriundos de grupos políticos contrários ao regime em vigor. Apesar de no caso da Presidenta, os boatos terem sido transmitidos, principalmente, por meio da mídia impressa e, no caso de Luís XV por meio da oralidade – com a música –, o que fica evidente é que sempre circularam informações com o propósito de difamar a figura do governante. E por que isso? Por vários motivos: pela insatisfação dos opositores políticos em não estarem no comando do poder; pela certeza deles em acharem que,

se estivessem no poder, governariam melhor o país; e pela necessidade de se eleger um culpado pela crise econômica e social pela qual o país enfrenta. Seja no mundo contemporâneo ou moderno, os opositores vão estar presentes a todo o momento e isso nunca vai mudar! O que muda é a forma pela qual os seus boatos conseguem influenciar a população: quer causando a queda de uma Presidenta ou provocando apenas uma insatisfação geral com o líder. Vale destacar que em relação à Luís XV, além da insatisfação, os boatos levaram a um desmantelamento das bases do absolutismo monárquico.

Tais reflexões nos levam a análise de nosso último exemplo: O imperador Nero César Augusto, que esteve a frente do Império romano entre os anos de 54 a 68 d.C.

Os boatos no Principado Neroniano

São muito conhecidas as narrativas do mundo greco-romano que consideraram o Principado de Nero como a encarnação do exagero, da devassidão e da crueldade.⁴ Célebres são as passagens que nos informam como Nero assassinou sua mãe Agripina, chutou sua esposa grávida até a morte, castrou um liberto e casou-se com ele, estuprou uma Vestal e mandou queimar a cidade de Roma (CHAMPLIN, 2003, p. 36).

Informações que possuem respaldo de um reconhecido e central conjunto de fontes produzido na Idade Antiga: os *Anais*, de Tácito; *A Vida dos Doze Césares*, de Suetônio, e a *História Romana*, de Dião Cássio – obras compostas entre a primeira metade do século II e a primeira metade do século III, isto é, posteriores aos eventos que narram.

⁴ As narrativas da crueldade e da corrupção de Nero romperam as fronteiras da Antiguidade, podendo ser lidas na literatura moderna: foi esse imperador que teria servido de inspiração para a escrita do matricídio na obra *Hamlet*, de Shakespeare, e do fratricídio em *Britannicus*, de Racine (GRIFFIN, 2001, p. 16).

Ao lermos tais fontes, não é difícil identificar a origem das críticas a respeito do *princeps*: “Nero ainda continuou por muitos anos a governar, e a ser pelos seus crimes o flagelo do mundo” (TÁCITO, *Annales*, XIV, 12); “Assim já nada admirava em Nero, cujas atrocidades eram superiores a qualquer mau conceito que dele se pudesse formar [...]” (*Ann.*, XIII, 11); “Prostituía-se de forma que não havia um só dos seus membros que não estivesse maculado e [...] não pôs nenhum limite às suas despesas e profusões” (SUETÔNIO, *Vita Neronis*, 29-30); Não havia “nenhuma decência nos seus hábitos” (*Ner.*, 51); “Seu comportamento começou a ser absolutamente insensato” (DIÃO CÁSSIO, *Historia Romana*, LXI, VII. VI); “Ele se envolvia em muitos atos licenciosos tanto em casa quanto na cidade [...]. Em consequência, golpes e violências frequentes ocorreram, e o mal se espalhou [...]” (Dio, LXI, VIII. I).

Parece que as críticas, então, se tornaram um lugar comum. Sustentadas pelas fontes, atravessaram várias épocas, trazendo à contemporaneidade uma memória lúgubre de Nero e de seu Principado, uma espécie de verdade, *vulgata*.⁵ Todavia, cabe mostrarmos, a partir deste ponto, que a maior parte das informações que provocaram o surgimento de tal memória basearam-se justamente em boatos de opositores políticos.

Por exemplo, falemos do famoso episódio em que Nero ateou fogo em Roma, no ano de 64 d.C. Vejamos como Tácito, Suetônio e Dião Cássio narram o ocorrido:

Neste mesmo tempo Nero se conservava em Âncio, e não voltou a Roma senão quando o fogo já ia aproximando do edificio que ele havia feito construir para unir o palácio e o edificio com tudo quanto estava em roda ficaram abrasados. Para dar algum alívio ao povo aterrado e fugitivo mandou abrir o Campo de Marte, os monumentos de Agripa, e até os seus próprios jardins. Armaram-se barracas à pressa para recolher a gente mais pobre; mandaram vir de Óstia e dos municípios vizinhos todos os móveis

⁵ Destacamos a obra do escritor polonês Sienkiewicz (1895), intitulada *Quo Vadis*, que foi adaptada para o cinema em 1951, pelo diretor Leroy. O filme e a obra em ponto trabalham em um universo bastante imaginativo, representando Nero como louco, sanguinário e depravado sexualmente.

precisos; e regulou-se a vendo do pão pelo preço mais baixo. Contudo, todas estas demonstrações populares não produziram o seu efeito, porque se espalhou o boato de que Nero no momento em que Roma estava ardendo, fora ao teatro que tinha em sua casa, e nele cantara a destruição de Tróia, comparando as desgraças antigas com a calamidade presente (TÁCITO, *Ann.*, XV, 34, grifo nosso).

Nero observava o fogo da torre de Mecenas, encantado com o que ele chamava de “a beleza das chamas” e, vestido com seu traje de palco, cantava “a queda de Tróia” (SUETÔNIO, *Ner.*, 38).

Enquanto toda a população estava nesse estado de espírito e muitos, enlouquecidos pelo fogo, pulavam nas próprias chamas, Nero subiu ao telhado do palácio, de onde havia a melhor visão geral da maior parte da conflagração, e assumindo o traje de tocador de lira, cantou a “captura de Tróia”, como ele próprio denominou a canção, embora para os inimigos dos espectadores era a “captura de Roma” (DIÃO CÁSSIO, *Historia Romana*, LXII, XVI-XVIII).

Após a leitura dos trechos, podemos ver as contradições de uma lenda: nenhum dos autores realmente sabe onde o evento ocorreu e os detalhes variam significativamente de um relato para o outro. Tácito, por exemplo, afirma que Nero viu Roma queimar do teatro de sua casa; Suetônio comenta que foi da torre de Mecenas; e Dião Cássio do telhado do palácio imperial. Tal divergência nos leva a concluir que os três criaram suas histórias pautados em boatos, uma vez que próprio Tácito usa a expressão “se espalhou o boato”.

Seja como for, o importante é que esses relatos – e muitos outros – contribuíram para a edificação de uma imagem negativa de Nero. Uma imagem que, aliás, perpetuou-se até os dias de hoje, podendo ser percebida até mesmo em programas para computador:

Figura 5 – Nero: Burning ROM



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Nero_Burning_ROM

O intrigante é que essa imagem corrobora o fato de Nero ter colocado fogo na capital do Império. Mas ela está equivocada.⁶ Tácito revela – na citação supracitada – que o imperador não estava em Roma no início do incêndio. Ele encontrava-se em sua vila no litoral de Âncio, a mais ou menos sessenta quilômetros da capital. Ademais, o soberano é retratado como alguém que se mostrou interessado em socorrer as vítimas do desastre, partindo para Roma prontamente após a recepção das notícias e promovendo políticas de auxílio, como a abertura de suas propriedades para os desabrigados e a regulação do preço dos cereais para que a fome não se tornasse outro problema.

Enfim, o que precisamos ter em mente é que Tácito, Suetônio e Dião Cássio, ao escreverem sobre o *princeps* foram altamente tendenciosos, e não apenas porque Nero era visto como um tirano, mas porque os autores tinham um ponto a defender nas lutas ideológicas de suas próprias eras. Em outras palavras, eles precisavam deturpar a figura de Nero para legitimar o novo governo em vigor, no caso, os de Domiciano, Adriano e Severo. Sendo assim, repassaram os boatos que circulavam sobre o imperador, sem se interessarem em confirmar se eram verídicos ou não. E ademais, os

⁶ Além disso, a imagem é também anacrônica. O monumento em chamas é o famoso Coliseu, e ele só foi inaugurado em 79 d. C., isto é, onze anos após a morte de Nero.

autores podem ter suprimido informações que colocariam o imperador em uma luz mais favorável.⁷

Dito isso, falemos de mais um episódio na vida do *princeps*: sua morte. Suetônio comenta que:

Morreu no trigésimo segundo ano de sua vida [...] e tal foi a alegria pública, que a plebe se regozijou ostentando o gorro da liberdade por toda a cidade. No entanto, por um longo período de tempo, houve quem decorasse seu túmulo com flores da primavera e do verão, e nos *rostra* colocaram [...] seus editos, como se ele ainda estivesse vivo e retornando para derrotar seus inimigos maus. Também, Vologeso, rei dos Partos [...] implorou que deveria prestar honra à memória de Nero. Na verdade, vinte anos depois, quando eu era jovem, uma pessoa de origem incerta que dizia ser Nero apareceu, e este nome era tão favorável no meio dos Partas que ele foi vigorosamente acolhido por eles [...] (SUETÔNIO, *Ner.*, 57).

Como se vê, as manifestações em relação à morte do soberano foram ambíguas: algumas pessoas ficaram felizes e outras tristes. Aliás, o próprio apoio a Nero e o culto a sua pessoa continuaram por muitos anos depois do seu falecimento. Fato que fortalece outra vez a ideia de que ao lidarmos com governantes e governos polêmicos, os critérios de julgamento nunca são consensuais. Na verdade, o que existe é uma disputa política pela opinião pública para justificar a queda de um líder considerado ruim.

Destarte, Nero não caiu necessariamente por ser “louco”, mas pela edificação, consolidação e divulgação de uma imagem negativa a seu respeito por parte dos grupos aristocráticos. Nesse sentido, é válido esclarecermos que sua queda, segundo

⁷ Nesse momento, recordamos uma afirmação de Furniss (2004, p. 18), na qual o autor defende que “as atitudes para falar variam muito e não é de modo algum inevitável que o poder da fala acompanhe o exercício efetivo do poder”.

Tácito (*Histórias*, 1, 89), se deu muito mais “por notícias e rumores”, ou seja, por uma política de difamação pelos seus adversários, do que por um governo realmente ruim.

Considerações finais

Podemos entender o boato, então, como uma informação formulada e manipulada para ser acreditada. E segundo Le Bon (2008, p. 64) sempre que uma afirmação é repetida com unanimidade (sem que haja a repetição da afirmação contrária) ela acaba tornando-se verdade, independentemente de sua real veracidade. Justamente por isso, os boatos transformam-se nas melhores notícias, pois ao trazerem furos de informações atuam nas expectativas das pessoas sobre aquilo que poderá acontecer e/ou confirmam as expectativas em relação à cena política (KAPFERER, 1993, p. 55).

Portanto, não há necessidade de discutirmos se os governos abordados nesse artigo foram, de fato, “bons” ou “maus”. Mas é essencial observamos que as imagens negativas construídas, em geral, estão por trás de uma realidade muito mais complexa, ou seja, por trás de fortes disputas sociais e políticas pelo poder. Isso quer dizer que, como historiadores, devemos problematizar tais imagens, pois o jogo político depende de muitas outras coisas que não necessariamente da atitude do governante.

Referências

Documentação primária

CASSIUS DIO. *The Roman history*. Trans. by Earnest Cary. London: The Loeb Classical Library, 1927. v. 8.

SUETONIUS. *Lives of the Caesars*. London: Loeb Classical Library, 1997. v. 2.

_____. *The lives of the twelve Caesars*. Trans. by Catharine Edwards. Oxford: Oxford University Press, 2000.

TÁCITO, C. *Anais*. Trad. J. L. F. de Carvalho. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1952. v. XXV.

_____. *Histories: books 1-3*. Trans. by Clifford H. Moore. London: Loeb Classical Library, 1992

_____. *The Annals*. Trans. by A. J. Woodman. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2004.

Obras de apoio

ALDRIN, P. “Penser la rumeur Une question discutée des sciences sociales”. *Genèses*. v. 1, n° 50, 2003, p. 126 - 141

_____. *Sociologie politique des rumeurs*. Paris: Presses universitaires de France, 2005.

ALLPORT, G. W; POSTMAN, L. *The Psychology of Rumor*. Oxford: Henry Holt, 1947.

AMORIM, F.; MARCHESAN, R.; PRAZERES, L. *Senado aprova impeachment de Dilma, e Temer é efetivado presidente do Brasil*, 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/31/senado-aprova-impeachment-e-dilma-deixa-presidencia-em-definitivo.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

BERGAMASCO, D.; PARDELLAS, S. *Uma presidente fora de si*, 2016. Disponível em: < http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/>. Acesso em: 14 fev. 2017.

CHAMPLIN, E. *Nero*. Massachusetts: Harvard University Press, 2003.

- DARNTON, R. *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- FURNISS, G. *Orality: The power of the spoken word*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.
- GARCIA, Gustavo et al. *Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume*, 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html> >. Acesso em: 14 fev. 2017.
- GRIFFIN, M. T. *Nero: the end of a dynasty*. London: B. T. Batsford, 2001.
- KAPFERER, J. N. *Boatos: o mais antigo mídia do mundo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- KOVACS, F. N. T. *Les rumeurs dans la guerre du Liban: les mots de la violence*. Paris: CNRS, 1998.
- LE BON, G. *Psicologia das Multidões*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- OLIVEIRA, J. *Desequilíbrio da Dilma pode apressar sua saída do Planalto*, 2016. Disponível em: <<http://www.diariodopoder.com.br/artigo.php?i=27769889782>>. Acesso em: 14 fev. 2017.
- OLIVEIRA, J. C. M. “Boatos, crises e oportunidades políticas na Antiguidade Tardia”. *História*, São Paulo, v. 35, e. 89, p. 1-15, 2016.
- PAILLARD, B. "L'écho de la rumeur". *Communications*, V. 52, N. 1, 1990, pp. 125-139.
- RICHARDS, L. *Whispers of War: Underground Propaganda Rumour-Mongering in the Second World War*. London: Psywar, 2010
- THORNTON, M. K. The enigma of Nero's quinquennium. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Cambridge, v. 22, n. 4, p. 570-582, 1973.

VILLA, M. A. *Governo Dilma é o mais corrupto e desastroso da história*, 2016.
Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/tveja/arquivo/governo-dilma-e-o-mais-corrupto-e-desastroso-da-historia-diz-villa/>>. Acesso em: 14 fev. 2017.